

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE TERRITÓRIO E SUBJETIVIDADE

Gisele Santos Laitano

Boletim Gaúcho de Geografia, 28: 211-221, jul., 2002.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/40068/26500>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jul., 2002

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE TERRITÓRIO E SUBJETIVIDADE*

Gisele Santos Laitano**

Resumo

Discutimos, neste artigo, as concepções de território e de subjetividade e suas relações. Inicialmente discutimos as formulações sobre território elaboradas por Ratzel e Raffestin e, a seguir, comparamo-nas com as reflexões sobre a descontinuidade territorial de Marcelo Souza. Ao final, trazemos reflexões sobre a subjetividade, o que nos permite enfocar as relações estabelecidas pelo movimento *hip hop* com o território, na cidade de em Porto Alegre.

Palavras-chave: Território, subjetividade, descontinuidade, *hip hop*, grafite

Abstract

The concepts of territory, subjectivity and their relations are herein discussed. Initially, formulations on territory, elaborated by Ratzel and Raffestin, are presented. These are then compared with reflections on territorial discontinuity, discussed by Marcelo Souza. Finally, reflections on subjectivity are offered, allowing for the focus on the territorial relations that are established by the hip-hop movement in Porto Alegre.

Keywords: territory, subjectivity, discontinuity, hip-hop, graffiti

* Artigo desenvolvido para a disciplina "Poder Político, Domínio e Gestão Territorial", ministrada pelo Prof. Dr. Álvaro Heidrich no Curso de Mestrado em Geografia/UFRGS, em 1999. O aprofundamento teórico e empírico das relações entre território, subjetividade e o Movimento Hip Hop encontra-se desenvolvido por mim em "Os Territórios, os Lugares e a Subjetividade: construindo a geograficidade pela escrita no Movimento Hip Hop, no bairro Restinga, em Porto Alegre/RS" (dissertação de Mestrado/ UFRGS, 2001).

** Professora na Universidade de Caxias do Sul e na rede pública municipal de Porto Alegre/RS. Mestre em Geografia/UFRGS, em 2001, com orientação do Prof. Dr. Nelson Rego.

O objetivo deste artigo é discutir alguns conceitos de território, bem como as suas interligações com o conceito de subjetividade. Entretanto, é necessário anteriormente definir o que é território dentro da geografia.

Suertegaray (1999, p. 11) nos diz que "a expressão do geográfico encontra-se representada no conceito de espaço geográfico"; por sua vez, Santos (1999, p.51) afirma que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.

Assim, entendo que o espaço seria o conceito mais geral, amplo, abstrato e unificador da geografia.

Pelo conceito de território, é possível fazer uma das leituras do espaço, ou como esclarece Suertegaray (1999, p.12):

O espaço geográfico pode ser lido através do conceito de paisagem e ou território, e ou lugar, e ou ambiente; sem desconhecermos que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais.

Julgo importante salientar que o conceito de região também permite a leitura referida. Entretanto, região¹ é uma criação humana posterior à criação de território e ao estabelecimento do poder, ou "um espaço diferenciado pelo estabelecimento de domínio ao mesmo, ou melhor: de um particular domínio" (HEIDRICH, 1999, p.64). Sendo que a opção por um ou outro conceito relaciona-se com nosso objetivo.

É necessário acrescentar a dimensão escalar dessas leituras do espaço, no sentido explicitado por Castro (1995) de escala geográfica² enquanto um referencial teórico que proporciona visibilidade ao fenômeno: "a escala é, na realidade, a medida que confere visibilidade ao fenômeno" e é "definidora de espaços de pertinência da medida dos fenômenos" (p.123), sendo que a mudança de escala é uma mudança qualitativa e não hierárquica. A escala é entendida, também, como "uma estratégia de apreensão da realidade que define o campo empírico da

¹ Nesse sentido podemos pensar que a região nos traz um tipo de intersecção entre o econômico, o político e o identitário. Econômico ao marcar "a diferenciação da unidade territorial no âmbito econômico" (HEIDRICH, 1999, p.66). Político, pois "é resultado da adequação do espaço ao poder de uma elite que por não exercer a hegemonia no plano da nação, preserva e assegura-o através do domínio regional" (Idem, ibid, p.66). Identitário porque, através da região e do regionalismo, as diferenças de interesses presentes dentro de um território tornam-se não-explicitas pela criação de uma "identidade de base territorial" (Idem, ibid, p.72). Logo, ao falar-se de região estamos frente aos poderes político, econômico e simbólico.

² Castro chama atenção para a necessidade de desvinculação do raciocínio analógico entre a escala geográfica e a escala cartográfica, sendo que está é "uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas de sua representação gráfica" (p.117).

pesquisa" (p.120). Logo, permite um recorte de aproximação ao objetivo da pesquisa: o lugar, a região, o território nacional e o mundo.

Territórios(s?)

O conceito de território tem estado presente nos discursos geográficos. Procurarei apresentar esse conceito em três autores: Ratzel (1990), Raffestin (1993) e Souza (1995).

O território em Ratzel

No texto de Ratzel, "O Povo e seu Território", encontramos várias interrelações que nos possibilitam pensar o conceito de território. Partindo da afirmação "que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia" (p.73), o autor articula o seu entendimento sobre o conceito (onde a idéia de necessidade remete à idéia de que onde há o Estado há necessariamente o território). A primeira que podemos identificar é a relação sempre presente nas suas argumentações entre Estado e território, mas também a sociedade está relacionada com o território, porém em grau menor: "é certo porém que a consideração sobre o solo se impõe mais na história do Estado que na da sociedade" (p.73). O território aparece como condição de decadência ou de incremento de um povo, seria a superfície/ área/extensão, lugar de ligação, enfim, o solo.

Em Ratzel, encontramos os vínculos de sociedade com o solo, pois é deste que se retira o alimento e é sobre ele que se erguem as moradias; mas aí mais uma vez temos a figura do Estado dando sustentação aos seus argumentos, pois a sociedade precisa de proteção e esta é dada pelo Estado: "O Estado protege o território contra as violações vindas de fora" (p.76) e "A sociedade [...] desejará sempre manter sobretudo a posse do território sobre o qual e graças ao qual ela vive" (p.76). Portanto, como um tripé: a sociedade tem como condição de existência um território, e este tem ao fundo a figura do Estado (é amparado por ele).

Mesmo ao falar da família, lemos em Ratzel que esta só se realiza num território fonte de habitação e de alimentação, sendo esta, a família, um Estado. Estado e território não se confundem, mas são pensados conjuntamente; "o incremento do território não pode ser considerado senão como incremento do Estado" (p.77), de modo que a maneira como a sociedade se apropria do solo reflete e caracteriza o Estado aí presente: "Se a sociedade se apegas mais firmemente ao solo através da agricultura, então ela imprime ao Estado características particulares, dependendo do modo como o terreno é repartido entre as famílias" (p.79).

O território apresenta-se como um valor universal sempre constante e é a fonte primeira da sujeição humana. Podemos pensar que o uso do referencial analítico de Ratzel em relação ao conceito de território significa trabalhar abordagens que enfo-

quem o Estado-Nação e, por consequência, o seu respectivo exercício do poder, uma vez que este monopoliza aquele (o poder está no Estado) e necessariamente termos como escala de análise este Estado-Nação. Mas também significa refletir, como Raffestin (1993, p. 12), que “a obra de Ratzel é um ‘momento epistemológico’” da geografia.

O território em Raffestin

Raffestin (1993) nos chama a atenção para a ambigüidade do termo poder. Este pode ser confundido com o próprio Estado: “pretender que o Poder é o Estado significa mascarar o poder com uma minúscula” (p.52), sendo aí salientado seu caráter unidimensional. Entretanto, o poder pode ser entendido como o poder visível e o poder invisível, logo uma noção de poder presente em todos os lugares:

Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem (RAFFESTIN, 1993, p.52).

Para o autor, o poder está presente em todas as relações (caráter multidimensional), é intrínseco à relação, encontra-se espalhado pelas e nas relações, não sendo encontrado num centro único. O poder passa a ser visto como imanente às relações (é carregado e carrega as relações), é intencional e possibilita a resistência a ele.

Raffestin (1993, p. 58)³ expõe que falar em poder é falar em controle e dominação e também nos trunfos do poder, ou seja, em população como a “origem de todo o poder”, em território enquanto “cena do poder e o lugar de todas as relações” e em recursos que “determinam os horizontes possíveis da ação” e “condicionam o alcance da ação”.

Assim, para entendermos o conceito de território em Raffestin, é necessário colocá-lo dentro do seu pensamento, ou seja, como um dos trunfos do poder. A partir dessas colocações podemos falar de território.

O território é visto como um produto da ação, “é a prisão que os homens constroem para si” (p.144). Impregnado pelos valores e disputas em jogo no momento, imerso no contexto social, marcado pelas práticas espaciais e sociais de seus atores, é, portanto, a produção possível: reveladora dos poderes em ação. Como prisão tem, necessariamente, limites, circunscreve as ações e por isso

³ Raffestin não faz a diferenciação encontrada em Weber entre poder e dominação: “poder significa la probabilidad de imponer la propia voluntad, dentro de una relación social, aun contra toda resistencia y cualquiera que sea el fundamento de esa probabilidad” e “dominación debe entenderse la probabilidad de encontrar obediencia a un mandato de determinado contenido entre personas dadas” (WEBER, 1969, p.43). Em Weber, o poder pode ser legítimo ou autoritário, porém a dominação pressupõe a crença na legitimidade, como um aceite entre os envolvidos na relação dominante/dominado. Já no pensamento de Ratzel temos o poder sem uma associação necessária à sua construção política.

possibilita ver o que está fora da construção, fora do território. Sendo produto/ produção, o território envolve-se em relações, portanto está dentro dum campo de poder. Nessas ações temos a construção de tessituras, nós e redes, configurando o que o autor chama de “essenciais visíveis” das práticas espaciais” (p.150), sendo que a prática espacial é produtora de territórios. Mas as ações e práticas não se restringem àquelas do Estado-Nação, mas ampliam-se (sem anulá-lo) nas diversas dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais, psicológicas etc.

Poder e território se entrelaçam, na medida em que a produção de territórios, ao constituir-se carregada de relações, traz, imanentemente, poder(es?): “toda relação é o ponto de surgimento do poder” (p.53).

Dentro dessa perspectiva, podemos cartografar territórios além daquele dado pela escala do território do Estado-Nação. Mas também refletir, como Souza (1995) que o território apresentado por Raffestin ainda está preso à idéia de substrato material, um território que se dá nesse/sobre o substrato material que já não é mais só o solo do Estado-Nação de Ratzel.

O território em Souza

Ao trabalhar com o conceito de território, Souza (1995) vê como questão central a pergunta “quem domina e como domina?”; portanto, sua perspectiva é a do poder, vindo a conceitualizar território como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p.78), sendo que os territórios podem ser construídos/desconstruídos ao longo do tempo e em diferentes escalas. Ainda podem ser territórios permanentes ou cíclicos, flutuantes ou fixos, tanto espacial quanto temporalmente. Como exemplos podemos citar o território da prostituição masculina na Av. José Bonifácio, em Porto Alegre, cartografável à noite, com seus limites não-rígidos, mas com “as áreas de influência deslizando sobre o espaço concreto das ruas, becos e praças” (p.88). Ou ainda, sobre o mesmo substrato material (na mesma Av. José Bonifácio), o território do entretenimento da classe média, cartografável aos domingos pela manhã e à tarde, sem um horário rígido para início e fim. Portanto, dois territórios distintos, existentes sobre o mesmo substrato material, mas com relações de poder entre os freqüentadores e destes com seu entorno totalmente diferentes. Nesse sentido, o território também coloca a questão do “nós” e do “outro”, ou como nos ensina Souza (1995, p. 86):

Território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders).

Desse modo, os territórios configuram-se pelas relações sociais e relações de poder que ocorrem no espaço: “territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos” (p.87).

Porém, nem todas as relações sociais ocorrem em territórios contínuos, sendo necessário pensarmos o conceito de território descontínuo, que seriam os territórios em rede ou territórios-rede, onde uma rede articula ou conecta dois ou mais territórios contínuos:

[...] um conjunto de pontos – nós – conectados entre si por segmentos – arcos – que correspondem aos fluxos que interligam, “costuram” os nós – fluxos de bens, pessoas ou informações –, sendo que os arcos podem ainda indicar elementos infra-estruturais presentes no substrato espacial. (SOUZA, 1995, p.93)

Como exemplo desses territórios descontínuos, podemos citar o território do Movimento *Hip Hop* existente no bairro Restinga, onde jovens moradores de áreas periféricas urbanas em Porto Alegre mantêm uma troca de informações e idéias com jovens moradores de áreas periféricas urbanas do interior do estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, Lageado, Rio Grande e outras da Região Metropolitana; bem como com jovens ligados ao Movimento em outros estados, em especial São Paulo. Onde podemos pensar as cidades (precisamente os territórios do Movimento *Hip Hop* existentes dentro das cidades) como os nós e o fluxo de informações e idéias como os arcos que articulam os nós; e também refletir que esta rede é uma rede que se constitui a margem das redes de comunicação hegemônicas (meios de comunicação de massa), constituindo uma rede subterrânea.

A problemática do presente e a opção conceitual

Temos que advertir que, embora a produção intelectual dos autores citados (Ratzel, Raffestin e Souza) suceda-se temporalmente, não implicam uma visão do conceito de território linear, como se abandonássemos uma para adotarmos outra; mas implicam discutir conceitos de território presentes nos discursos geográficos e optarmos pela que atenda nossas necessidades de interpretação.

Pensarmos numa perspectiva de Ratzel é afirmarmos que os Estados-Nação são detentores do poder, além de não diferenciarmos/de vermos o poder restrito ao âmbito do Estado; entretanto, basta acompanharmos com um pouco de atenção os noticiários que nos chegam diariamente para observarmos que o poder desloca-se cada vez mais para as mãos dos grandes grupos econômicos transnacionais, bem como para as mãos de grandes grupos econômicos que vivem à margem das leis do Estado-Nação (máfias). No mínimo, temos que relativizar (e não negar) o poder do Estado-Nação, uma vez de que existem grupos que o disputam. Sem esquecermos que o poder também se insere nas relações cotidianas, nos micro-espacos, onde podemos exemplificar com os poderes exercidos pelos homens dentro das famílias ou o poder que o professor exerce sobre os seus alunos.

Pensar a partir de Raffestin é trabalhar com 3 idéias-chave: território – poder – relações. O autor desloca o foco do conceito da questão do Estado-Nação, sem negá-lo, mas apontando outras possibilidades, pois toda a prática espacial é produtora de território, inclusive a prática do Estado-Nação, a prática de grupos econômicos, a prática das pessoas individual ou coletivamente, etc. Podemos refletir que, com Raffestin, o conceito de território se alarga, pois o poder já não é mais visto como uma exclusividade do Estado, mas está presente nas diferentes ações/relações e em diferentes escalas. É como se agora pudéssemos fazer legitimamente uma geografia além do Estado-Nação, podendo olhar novos territórios que o espaço deste fim de século nos traz.

Souza, ao trabalhar com os conceitos de território, território-descontínuo e território-rede, abre um referencial para a análise e interpretação num mundo marcado pelas transformações aceleradas de que nos fala Auge (1994), ou seja: a superabundância factual (a superabundância de informação e a existência do sistema-mundo), o excesso de espaço (que se refere ao chamado encolhimento do planeta) e o ego ou indivíduo como instância de interpretação por e para si dos acontecimentos. Territórios constroem-se e desconstroem-se ao ritmo do tempo-espaço; serão mais móveis e flutuantes, embora os territórios fixos ainda existam. A dinâmica do próprio cotidiano já não é mais, há muito, aquela dos gêneros de vida, onde o futuro do indivíduo e da coletividade estava marcado por papéis que pouco mudariam no transcorrer da vida. Mas pensar como Maffesoli (1997) que o indivíduo não está restrito a uma só identidade, mas se encontra participando de identificações sucessivas; como se para cada contexto que vive experimentasse uma identificação que não mantém relação de necessidade com sua vivência em outros contextos, ou como se vivéssemos contextos múltiplos e fragmentados. Dentro dessa perspectiva, cabe indagar até que ponto estes novos territórios têm a marca dos sujeitos que neles se inserem, ou melhor, qual a relação da atual subjetividade com estes novos territórios? Pois se podemos identificar novos territórios, podemos refletir sobre os exercícios de poder destes novos territórios e sobre a subjetividade de quem exerce e de quem recebe o poder. A subjetividade marca/influi nas conformações dos novos territórios?

O conceito de subjetividade

Guattari e Rolnik (1999) afirmam que o sistema capitalista produz, em âmbito de indústria de base, subjetividades, individuais ou coletivas (onde há uma, há a outra necessariamente). O indivíduo é produzido em massa, serializado nas suas idéias, nos seus pensares, nos seus comportamentos, nas suas vontades, nos seus sentimentos, ou, de acordo com eles:

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificações com pólos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo. (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p.27)

Então, Guattari e Rolnik consideram que o sistema capitalista, ao produzir subjetividades através do cotidiano dos sujeitos, produz muito mais do que significados sobre A ou B. Interliga a sua produção, na qual se faz preciso o controle social, estendendo-a até o psiquismo dos sujeitos, proporcionando aos sujeitos envolvidos a certeza da liberdade e de autodeterminação (inclusive criando essas certezas como valores a serem defendidos), num processo finamente lapidado de “pseudopersonalização” (1999, p.129). Desse modo, para o autor, o indivíduo vive a subjetividade no seu particular, embora ela seja “essencialmente social”(p.33) . Nesse processo de viver este social no seu particular, ou os indivíduos vivem uma relação de alienação e opressão ou vivem uma relação de criação e expressão (singularização), como margens possíveis e não absolutas, ou seja, não há de um lado só alienação e de outro só singularizações, mas sempre há margens de possibilidades: “há processos de singularização em práticas determinadas, e há procedimentos de reapropriação, de recuperação, operados pelos diferentes sistemas capitalísticos” (p.23).

Dessa maneira podemos refletir sobre as marcas e determinações que os sujeitos dos novos territórios imprimem a estes, sobre as construções feitas pelos sujeitos, sobre os seus processos criativos e seus processos de reprodução alienada. Enfim, olhar os novos territórios por dentro, pelo que os sedimenta e lhes dá corpo e não só pelos seus limites. Ou seja, deve-se pensar que as práticas espaciais dos Estados-Nação, das transnacionais, dos regionalismos, dos nacionalismos, dos movimentos sociais e dos indivíduos, embora tenham dinâmicas próprias, são produtoras de territórios e contextualizam relações sociais que estão impregnadas de subjetividades. Podemos pensar, como exemplo, qual a subjetividade construída/em construção nas relações sociais dos indivíduos que se acham mergulhados na sociedade de consumo, os quais, segundo Baudrillard (1995), têm no consumo o organizador da vida cotidiana e indicador da felicidade. A felicidade passa a ser a referência da sociedade de consumo, mas a felicidade é esta que é:

alimentada por uma exigência igualitária, se funda nos princípios individualistas, fortificados pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que reconhecem a cada um (ao indivíduo) o direito à Felicidade. (BAUDRILLARD, 1995, p. 48)

Logo, se estabelece sobre uma igualdade que nunca se realiza a fundo. Portanto, que ações são postas pelos indivíduos que constroem suas subje-

tividades dentro deste social que é esta sociedade de consumo? Ou que subjetividade é construída nos regionalismos quando pensamos, como o explicitado acima, a identidade construída numa base territorial que não põem à mostra os diferentes interesses presentes dentro de um território? Ou quando grupos transnacionais, em discursos pelo desenvolvimento de áreas atrasadas, levam a estas impactos ambientais perversos?

Conclusão

Braun e Joerges (1992, apud SANTOS, 1999) apontam três tipos de agir: o técnico, o formal e o simbólico. O agir técnico relaciona-se com a técnica, o agir formal relaciona-se com o que está nos formalismos jurídicos, econômicos e científicos, e o "agir simbólico, que não é regulado por cálculo e compreende formas afetivas, emotivas, rituais, determinadas pelos modelos gerais de significação e de representação" (p. 66); sendo que Santos (ibid, p.67) ao falar sobre os sistemas de ações que compõem o espaço, afirma que a "ação é o próprio do homem".

Pensando, portanto, a partir das colocações acima, podemos retomar o conceito acima de território-rede e pensá-lo para o Movimento *Hip Hop* existente no bairro Restinga⁴, em Porto Alegre. O Movimento *Hip Hop* é originário das periferias urbanas dos EUA, tendo uma relação muito forte com o Movimento Negro, mas não se confunde com este. O Movimento *Hip Hop* desdobra-se em

⁴ O bairro Restinga foi criado a partir de políticas municipais de remoção de populações localizadas em áreas centrais da cidade e em processo de valorização imobiliária. As primeiras remoções no bairro datam de 1969, sendo que estas populações foram alocadas, sem nenhum tipo de consulta às suas vontades, numa área distante 25 km do centro da capital e com inexistência de infra-estrutura urbana no local ou próximo. Esse primeiro local passou a ser chamado, posteriormente, de Restinga Velha. Em 1971, começou a construção de unidades habitacionais pelo extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), denominada Restinga Nova, o que trouxe melhorias ao bairro. Também a história de lutas e de organização dos moradores contribuiu para o alcance destas melhorias. Como herança desta fase da ocupação do bairro ficaram a diferença espacial existente nos equipamentos urbanos da Restinga Velha e da Restinga Nova, hoje acrescidas de outras ocupações que compõem a formação do bairro, bem como o clientelismo, fruto da política que deu acesso a alguns moradores na Restinga Nova. Temos, portanto, no bairro periférico, uma divisão que traz ao cotidiano a sua formação sócio-espacial e mostra a reprodução de preconceitos (existe uma depreciação negada ou aceita em ser morador da Restinga Velha). Hoje, com uma população estimada em 80 mil habitantes, com marcante presença de população negra, o bairro Restinga não apresenta contigüidade espacial com outros bairros do município, caracterizando uma conformação única no sítio urbano de Porto Alegre.

quatro linguagens ou elementos: o *RAP* (*rhythm and poetry*) é a produção textual poética que é executada pelo MC's que é o Mestre de Cerimônia e pelo DJ (disco-jóquei), sendo este o responsável pela parte musical; o *BREAK* é a dança dos *Bboys* (dançarinos de *break*) e das *Bgirls* (dançarinas de *break*); e o *GRAFITE* é a pintura em parede, originária de Porto Rico. Logo, dentro do movimento temos a presença de quatro grandes áreas da expressão humana: a escrita, a musical, a corporal e a plástica. Aqueles que participam do movimento expressam a vontade de ser conhecidos/reconhecidos, de resgatar a auto-estima, de fazer por si sem esperar que alguém faça por ele. Desse modo, a mudança de atitude dos envolvidos é valorizada e coloca-se como uma das idéias fundamentais do movimento. No âmbito local, a articulação do movimento ocorre através da posse ou banca que é quando grupos de *rap* se reúnem, no caso semanalmente, para ensaiarem, informarem-se, discutirem assuntos que vão desde as origens do *Hip Hop* até o que é o *rap*, passando pela organização de eventos públicos e privados. A posse ou banca é a URT – União *Rapper* da Tinga, que congrega 25 grupos de *rap* do bairro, cujas regras de participação foram discutidas pelos envolvidos e na qual a figura do presidente foi, recentemente, substituída por um colegiado de representantes dos grupos membros da URT.

Desse modo, estamos frente a um agir simbólico, pois identificamos afetos e emoções entre os participantes através do sentimento de pertencimento à mesma comunidade; rituais se fazem presentes nas suas reuniões semanais e nas suas apresentações de palco; significações, discursos e representações aparecem nas diversas abordagens feitas sobre a sociedade e sobre eles próprios na cartografia deste território-rede. Portanto, identificamos ação, inserindo-a na perspectiva do espaço. Mas pensar em ação implica pensarmos, entre outras coisas, nos sujeitos dessa ação, ou melhor, na própria subjetividade dos sujeitos envolvidos: como é construída, como aparece no cotidiano, e como aparece dentro do próprio movimento, quais são os pensares do movimento e como estes constroem o próprio movimento? Com os sujeitos que, ao construírem o movimento, constroem territórios e são construídos pelo movimento.

E para podermos fazer esse exercício há a necessidade de optarmos por uma conceituação de território para além do Estado-Nação e para além de territórios presos ao substrato material, ou seja, para nos deslocarmos dentro desta problemática/realidade/fatos (ou até mesmo nesta escala de trabalho) é necessário um conceito mais flexível como o apresentado por Souza, embora fiquemos abertos às críticas dos que vêm na flexibilização dos conceitos apenas o não apontamento de perspectivas universais.

Referências bibliográficas

- AUGÉ, M. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica. Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HEIDRICH, Á. L. Região e regionalismo: observações acerca dos vínculos entre sociedade e o território em escala regional. **Boletim Gaúcho de Geografia**, vol.25. Porto Alegre: AGB, 1999.
- MAFFESOLI, M. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, F. O povo e o seu território. In: Moraes, A. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SOUZA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SUERTEGARAY, D.M.A.. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, D.M.A. et alii (orgs). **Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- WEBER, M. **Economia y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva**. México: Fondo de cultura económica, 1969.